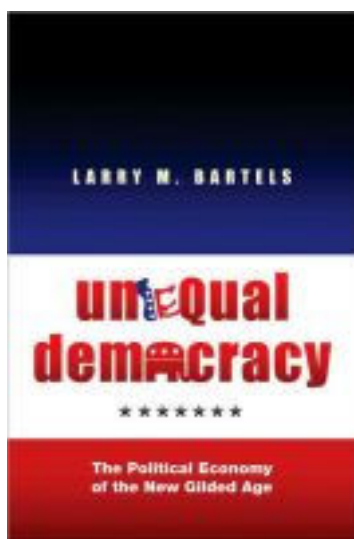


resenha:

BARTELS, L. M. *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

Democracia e desigualdade nos Estados Unidos

Clayton Mendonça Cunha Filho*



Nos anos 1950, o cientista político estadunidense Robert A. Dahl conduziu um estudo de caso na cidade de New Haven acerca dos efeitos das desigualdades socioeconômicas na distribuição do poder político. Publicado sob a forma de livro intitulado *Who Governs?*, Dahl encontrou indícios de que apesar das disparidades de renda, educação, propriedade etc. o poder político acabava relativamente bem disperso graças a variadas e mutantes coalizões formadas por líderes eleitos e não eleitos que atuavam em áreas e direções diferentes e assim se contrabalanceavam e ao fato de que alguns dos grupos e indivíduos mais poderosos optavam por não participar. Escrevendo no fim da primeira década do século XXI e em grande medida buscando responder à mesma pergunta-título do livro de Dahl, o também estadunidense Larry Bartels

nos apresenta em seu livro *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age* resultados bem menos otimistas.

Bartels começa o livro apresentando-nos um quadro bastante sombrio de aumento das desigualdades socioeconômicas nos Estados Unidos que amplificaria significativamente a importância da pergunta posta por Dahl. Comparada aos anos 1950, a renda nos Estados Unidos de 2005 concentrou-se acentuadamente, tendo mais que dobrado a participação na renda total dos 1% mais ricos (de 10,2% para 21,8%) e mais do que triplicado a participação dos 0,1% mais ricos (de 3,2% a 10,9%). Em meio século, os EUA teriam se tornado um país ao mesmo tempo muito mais rico e muito mais desigual, o que para ele suscitaria comparações entre o início do século XXI e outros dois períodos históricos estadunidenses marcados por rápido crescimento e concentração de renda: os anos 1920 e a chamada Era Dourada (*Gilded Age*) do pós-guerra da Secessão entre os anos 1870 e 90.

Bartels observa que essa concentração de renda se acelera especialmente a partir dos anos 1970. De fato, o período entre os anos 1940 e meados dos anos 1970 trouxe uma média de crescimento intenso e bem distribuído entre todos os estratos econômicos, tendo a partir de meados da década de 1970 começado a se concentrar significativamente nos

estratos superiores. Apesar de reconhecer que o crescimento e a distribuição de renda podem e são influenciados por diversos fatores como a integração econômica internacional ou mudanças tecnológicas que em grande medida escapam ao controle político direto, ele analisa os dados econômicos por mandatos presidenciais e encontra diferenças significativas no padrão de crescimento e distribuição de renda de acordo com a filiação partidária do presidente no cargo. Presidentes democratas em geral promoveram um crescimento na renda de todos os estratos econômicos e em especial das classes médias e baixas. Presidentes republicanos, por outro lado, promoveram um crescimento bastante mais acelerado nos estratos mais elevados. A concentração de renda diminuiu durante os mandatos de quatro dos cinco presidentes democratas do período e aumentou durante os mandatos de todos os republicanos.

Esse fato estatístico coloca duas questões importantes. A primeira, é que ela desmente interpretações correntes sobre o problema da desigualdade econômica nos EUA relatados por Bartels que a tratariam quase como um fenômeno natural, causado por efeitos de um mercado convertido em força da natureza e que escaparia por completo ao controle humano. Se a estrutura de distribuição de renda se altera de maneiras diferentes de acordo com o presidente em exercício e em padrões que respondem largamente à filiação partidária, seria impossível então desassociar a questão do processo político como frequentemente é feito no país norte-americano.

Em segundo lugar, se os democratas em geral promovem um crescimento econômico mais equitativo e que beneficia à maioria da população, como os republicanos conseguem vencer

tantas eleições? Uma possibilidade seria que a igualdade não constituísse um valor importante entre o eleitorado estadunidense e que, portanto, estes não orientassem seu voto nessa direção. A partir de dados dos *surveys* do *National Election Study* Bartels, entretanto, encontra o cidadão estadunidense majoritariamente favorável a valores associados ao combate às desigualdades. Além disso, encontra forte associação entre a presença desses valores e o apoio a políticas concretas de bem-estar social como empregos e serviços públicos, ajuda aos negros e sistema de saúde. Descartada essa possibilidade, então quê?

Bartels rejeita as explicações correntes na análise política dos EUA de que os republicanos conseguiriam um forte apoio entre cidadãos pobres que, pelos interesses econômicos, deveriam votar contra o partido, por fatores culturais como as questões do aborto ou direitos dos homossexuais fortemente apoiados pelos democratas. Segundo os dados por ele apresentados, os cidadãos brancos pobres vêm se tornando significativamente mais leais ao partido democrata e o crescimento republicano tem se dado principalmente entre os cidadãos de renda média e alta. Um curioso achado estatístico, entretanto, é uma das chaves sugeridas por ele como solução desse enigma.

Bartels encontra que apesar de na média os democratas promoveram um crescimento que beneficia a praticamente todos os segmentos de renda e especialmente aos mais pobres, esse crescimento concentra-se especialmente no segundo ano do mandato e desacelera significativamente até o quarto ano quando ocorrem as eleições. Com os presidentes republicanos, embora o crescimento econômico se concentre especialmente entre os cidadãos de mais alta renda, ele

se dá principalmente no ano eleitoral e se este fosse considerado isoladamente, de fato os pobres teriam melhor resultado absoluto com os republicanos que com os democratas ainda que a desigualdade relativa suba. Bartels não consegue explicar como os republicanos obtêm esse resultado, se por meio de uma ação política deliberada, sorte ou algum tipo de “piada cósmica”, mas ele sugere que seja como for que isso ocorra, os eleitores possam considerar muitas vezes apenas o presente imediato na hora de votar e esquecer os três anos anteriores.

Essa miopia eleitoral seria, assim, uma das principais explicações encontradas por ele para o recorrente sucesso do partido republicano ainda quando seus resultados político-econômicos vão de encontro aos valores igualitários estadunidenses. Além dela, Bartels encontra ainda dois outros fatores importantes inclinando a balança eleitoral em favor dos republicanos. O primeiro é que por sua base política estar nos estratos mais ricos, os republicanos têm maior acesso a fundos de campanha que os democratas. Com a exceção de 1952, os candidatos republicanos gastam significativamente mais em dólares por eleitor que os democratas e as estimações estatísticas apresentadas por Bartels mostram que o gasto eleitoral possui um efeito não desprezível nas intenções de voto dos eleitores indecisos, efeito que poderia ser o suficiente para decidir eleições apertadas. Além disso, os eleitores parecem ser muito mais sensíveis à percepção de crescimento econômico entre os ricos que entre sua própria classe econômica na hora de premiar ou punir candidatos por seu desempenho econômico. Embora admita que os dados a esse respeito não sejam tão conclusivos e possam ser alguma coincidência estatística, se for este o

caso seria uma coincidência bastante recorrente. E tomados os três fatores em conjunto (a miopia eleitoral, o desequilíbrio partidário no financiamento das campanhas e a sensibilidade maior ao crescimento dos mais ricos), o efeito eleitoral resultante sobre a sorte dos republicanos seriam bastante significativos e Bartels estima que tenham sido decisivos, pelo menos, nas eleições de 1956, 1968, 1980 e 2000.

Outro achado bastante interessante de Bartels acerca do tema desigualdade é a confirmação estatística de que a percepção acerca da existência da desigualdade, bem como o julgamento moral sobre seus efeitos dependem intrinsecamente da ideologia pessoal do cidadão. Ele encontra que o cidadão médio não identificado a nenhum dos dois partidos acha-se de fato bastante mal informado acerca da realidade objetiva do tema. Mas os efeitos da politização afetam não apenas o julgamento moral acerca do fenômeno como seria de se esperar, mas a própria capacidade de perceber a realidade objetiva. Correlacionando a auto-identificação partidária dos respondentes dos *surveys* com suas respostas acerca da existência ou ausência da desigualdade de renda, seu agravamento ou melhora e seus efeitos benéficos ou maléficos ao país, Bartels mostra como a percepção da desigualdade realmente se altera e diverge das estatísticas existentes sobre o tema tornando-se significativamente mais divergentes da realidade quanto mais identificado ao partido republicano se encontra o respondente.

E diante de tanta desigualdade, afinal, quem governa? Uma importante característica da democracia deveria ser a igualdade política por ele propiciada de forma que todos os cidadãos pudessem ter a mesma influência sobre a gestão dos interesses públicos. Mas na

desigual democracia estadunidense, Bartels encontra uma correlação estatística positiva entre os votos dos senadores e a opinião pública dos cidadãos de renda mais elevada, praticamente inexistente quando se trata da opinião dos cidadãos mais pobres acerca dos temas em questão. A escolha do Senado como locus de análise se deve à facilidade que ele proporciona para a avaliação: como os senadores são eleitos por estado, diferentemente dos deputados eleitos por distritos, é mais fácil relacionar seus votos com a opinião do estado que representam. E embora encontre, mais uma vez, variação entre democratas e republicanos, em linhas gerais a opinião dos cidadãos mais pobres segue irrelevante na hora da votação em plenário independentemente da filiação partidária do senador.

Diante de quadro tão sombrio, entretanto, Bartels termina o livro tentando ao menos ressaltar algumas das descobertas positivas acerca da democracia realmente existente nos EUA. A principal delas é que a atividade política ainda é relevante. Quem exerce a presidência e como a exerce ainda influenciam fortemente evolução da situação socioeconômica no país, como o mostram a variação nos padrões de concentração e desconcentração de renda de acordo com a filiação partidária do presidente. Embora uma vez eleitos os representantes seja bastante difícil para os mais pobres impedir ou modificar as tomadas de decisão, ao menos no momento da eleição estes ainda podem determinar de alguma maneira os caminhos que serão adotados.

Nesse sentido, ao enfatizar os efeitos negativos trazidos pelos republicanos à distribuição de renda e a diferença ainda relevante nesse momento da escolha dos governantes, o livro acaba parecendo em diversos momentos uma peça de propaganda do Partido Democrata. Crítica que Bartels já antecipa no prefácio ao declarar que começou a trabalhar com o tema como um politólogo bastante despolitizado (no sentido militante do termo) e que a última vez que havia votado fora em 1984 no republicano Ronald Reagan, mas a verdade é que pela maneira clara e objetiva com que são apresentados os argumentos do livro essa simpatia maior pelos democratas não constitui nenhuma falha.

Aumentaria os méritos do livro, no entanto, uma análise mais detalhada das posições internas dos democratas acerca do tema desigualdade. Os três indícios encontrados pelo autor para o sucesso eleitoral republicano são bastante convincentes, mas é difícil imaginar que ele não seja em alguma medida complementado pelo posicionamento e ação política (ou sua ausência) dos democratas em suas estratégias eleitorais ou políticas de mais longo prazo e conhecer melhor essa dimensão da questão ajudaria certamente na compreensão do problema. De qualquer forma, trata-se sem dúvida de um livro excepcional de grande relevância e atualidade e que apesar de versar sobre um país em específico, levanta questões pertinentes de investigação a praticamente todas as democracias contemporâneas.



* **CLAYTON MENDONÇA CUNHA FILHO** é Doutorando em Ciência Política pelo IESP-UERJ (ex-Iuperj) e pesquisador-assistente do Observatório Político Sul-Americano.